

**[PREGÃO ELETRÔNICO]**

90006/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

(344002)

**OBJETO**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para, eventual aquisição de materiais hidráulicos e de mercenária, visando atender as demandas da fundação Joaquim Nabuco, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por um período contratual de 12 (doze) meses, modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$: 241.497,0589

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 16/03/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

NÃO

## Sumário

1. DO OBJETO .....	2
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	2
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	4
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	15
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	16
13. DOS RECURSOS .....	17
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

#### PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90006/2026

(Processo Administrativo nº 23130.000847/2025-71)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria PRESI/FUNDAJ n.º 256 de 26 de dezembro de 2024, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para, eventual aquisição de materiais hidráulicos e de mercenária, visando atender as demandas da Fundação Joaquim Nabuco, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por um período contratual de 12 (doze) meses, modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços.

1.2. *A licitação será dividida **05 (cinco)** grupos no total de **249 (duzentos e quarenta e nove)** itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

3.6. *Para os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 sociedades cooperativas;

3.9.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.1.4 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de .....*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **[NÃO]** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário do item*.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,02 (dois centavos)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto a Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 *desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;*

7.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 **O Pregoeiro** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicafe;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9.3 *No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.10. *Se houver indícios de **inexequibilidade** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.*

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de *amostra*, o *licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la*, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br).

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o *licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.*





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do **Sicaf**, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica**, por meio de comprovação de aptidão para a prestação da aquisição dos materiais em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da **apresentação da documentação nos itens: 9.30 e 9.31.7 do Anexo I do edital.**

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas [DUAS HORAS], para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.3.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.3.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.3.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da **Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.**

### 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

### 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **e-mail: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **e-mail: [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br), na forma eletrônica ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Comissão Permanente de Licitação-CPL da Fundação Joaquim Nabuco, Edf. Paulo Guerra, 2º andar, sala 250, fone (81) 3073-6230, Av. 17 de agosto nº 2187, Casa Forte, Recife/PE, CEP 52061-540.**

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

- 16.11.3 *Anexo III – Cadastro Reserva;*
- 16.11.4 Anexo IV – ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.5 ANEXO V - Modelo de Proposta.

Recife, 14 de Outubro de 2025

Rosa Maria R. P. Oliveira

Pregoeira da FUNDAJ



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**ANEXO I**  
**Termo de Referência**  
**Processo Administrativo :23130.000847/2025-71**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição eventual de materiais de construção civil ( hidráulica e marcenaria), mediante procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços (SRP nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste),instrumento.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
Planilhas Material MARCENARIA						
PROCESSO Nº 23130.000847/2025-71						
Grupo 01 - Material de Marcenaria						
ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Bucha Parafuso Material: Plástico Tamanho: Fu6	377637	UND.	200		
2	Bucha Parafuso Material: Nylon Tamanho: 8 Características Adicionais: Dimensões 35 X 11,80 Mm	396326	UND.	500		
3	Bucha Parafuso Material: Plástico Tamanho: Fu10	361268	UND.	500		
4	Bucha Parafuso Material: Nylon Tamanho: S-12	254871	UND.	100		
5	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela	298376	UND.	20		
	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável					



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

6	Cor: Amarela Altura: 30 MM Largura: 40 MM Altura Haste: 30 MM Características Adicionais: N° 40	298375	UND.	20		
7	Cadeado Material: Latão Maciço Material Haste: Aço Inoxidável Cor: Amarela Altura: 40 MM Largura: 50 MMA Itura Haste: 40 MM Características Adicionais: N° 50	298374	UND.	20		
8	Cadeado Material: Zamac Material Haste: Aço Temperado Cor: Dourado Altura: 70 MM Largura: 40 MM	449289	UND.	20		
9	Caibro Material: Madeira Tipo Madeira: Angelim Largura: 5 CM Espessura: 5 CM	466170	M	100		
10	Caibro Material: Madeira Tipo Madeira: Angelim Largura: 8 CM Espessura: 6 CM Comprimento: 300 CM Características Adicionais: Sem Tratamento	480614	UND.	50		
11	Cola Composição: Resina Sintética E Natural/Aditivo/Acetato Etila/Cor: Incolor Aplicação: Espuma/Carpete/Forração /Laminada/Fórmica Características Adicionais: Tipo Adesivo Amazonas Am 01 /Especial Tipo: Pastosa	307419	GL 3,6L	30		
12	cola branca Aplicação: Papel Características Adicionais: Instantânea Tipo: Líquido	303971	FR 1 KG	50		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

13	Compensado Madeira Material: Sumaúma Comprimento: 2,20 M Largura: 1,60 M Espessura: 15 MM Aplicação: Confeção De Móveis	270670	UND.	30		
14	Dispenser Higienizador Material: Acrílico Capacidade: 500 ML Tipo Fixação: Parede Cor:  Transparente Aplicação: Mãos Características Adicionais: Botão Dosador	441576	UND.	50		
15	Dispenser Papel Toalha Material: Plástico Abs Cor: Branca Características Adicionais: Fixação Por Bucha E Parafusos Dimensões: 25 X 8,50 X 35 Cm CM	422804	UND.	50		
16	Dispenser Papel Higiênico Material Base: Plástico Ab sMaterial Tampa: Acrílico Cristal Tipo: De Parede Cor: Branco Características Adicionais: Visor Transparente, Serrilhador, Rolo De Até 500 M Altura: 30 CM Largura: 27 CM Profundidade: 13,50 CM	438912	UND.	50		
17	Dobradiça Material: Latão Cromado Tamanho: 2 1/2 POL Tipo Pino: Solto Tipo Tambor: CurtoA plicação: Porta	311994	UND.	30		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

18	Dobradiça Material: Aço Tipo: Pressão Tamanho: 25 MMAplicação: Móveis Em Geral Características Adicionais: Ângulo De Abertura Entre 90 E 100 Graus Acabamento: Niquelado Quantidade Parafusos: 4 UN	366238	UND.	30		
19	Fechadura Material Caixa: Meta IComponentes: Chave SimplesTipo: Interna /ExternaAplicação: Porta	340592	UND.	40		
20	FechaduraMaterial Caixa: AçoAcabamento Superficial: CromadoComponentes: 2 Chaves Em Latão NiqueladoCaracterísticas Adicionais: Maçaneta Tipo AlavancaTipo: Interna /ExternaAplicação: Porta	354740	UND.	60		
21	FechaduraMaterial Lingueta: ZamacMaterial Trinco: ZamacMaterial Testa: Aço InoxidávelMaterial Cubo Maçaneta: Latão / ZamacMaterial Falsa Testa: Aço InoxNormas Técnicas: AbntMaterial Tambor Segredo: ZamacComponentes: Chave Em Latão Características Adicionais: Maçaneta Tipo Bola Ou Quadrada De Latão / Zamac	233302	UND.	30		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

22	FechaduraMaterial Caixa: LatãoCaracterísticas Adicionais: Maçaneta Tipo AlavancaTipo: SimplesAplicação: Porta BanheiroComprimento: 8 CMAltura: 12 CMEspessura: 12 MM	356995	UND.	50		
23	FechaduraMaterial Caixa: Aço Acabamento Superficial: CromadoComponentes: Duas Chaves MetálicasCaracterísticas Adicionais: Embutir, Meio CilindroTipo: AuxiliarAplicação: Porta De Armário	348284	UND.	20		
24	FechaduraMaterial Caixa: MetalAcabamento Superficial: CromadoTipo: TubularAplicação: Porta De Divisória	340588	UND.	20		
25	FechaduraMaterial Caixa: Aço InoxidávelAcabamento Superficial: CromadoComponentes: Duas Chaves MetálicasCaracterísticas Adicionais: Cilindro 30 MmAplicação: Gaveta Mesa /Gaveteiro	380330	UND.	20		
26	FechaduraMaterial Caixa: Aço ZincadoCaracterísticas Adicionais: Lingüeta Em Aço ZincadoTipo: Bico LongoAplicação: GavetaComprimento: 3 CMAltura: 2,4 CMEspessura: 15 MM	336956	UND.	20		
27	GrafiteAspecto Físico: PóAplicação: Redutor Atrito / Lubrificação Em Geral	243810	TBO 25G	20		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

28	JanelaMaterial: AçoTipo: Maxim-AirLargura: 0,50 MAltura: 0,50 M	380304	UND.	30		
29	Laminado MelamínicoMaterial: FórmicaCor: BrancaComprimento: 3,08 MLargura: 1,25 MEspessura: 1 MMAcabamento Superficial: Brilhante	229532	UND.	20		
30	Laminado MelamínicoMaterial: FórmicaCor: BrancaComprimento: 3,08 MLargura: 1,25 MEspessura: 1 MMAcabamento Superficial: Texturizado	229536	UND.	20		
31	LixaMaterial: Óxido AlumínioTipo: Lixa FerroApresentação: FolhaTipo Grão: 120Comprimento: 300 MMLargura: 200 MM	360673	PCT 50 UN	10		
32	LixaMaterial: Óxido AlumínioTipo: Lixa FerroApresentação: FolhaTipo Grão: 100Comprimento: 300 MMLargura: 200 M	360679	PCT 50 UN	10		
33	LixaMaterial: Óxido AlumínioTipo: Lixa FerroApresentação: FolhaTipo Grão: 80Comprimento: 300 MMLargura: 200 MM	360674	PCT 50 UN	10		
34	LixaMaterial: Óxido AlumínioTipo: Lixa FerroApresentação: FolhaTipo Grão: 40Comprimento: 300 MMLargura: 200 MM	360677	PCT 50 UN	10		
35	Lixa Material: Óxido AlumínioTipo: Lixa Massa Apresentação:	360705	PCT 50 UN	10		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

	FolhaTipo Grão: 150Comprimento: 300 MMLargura: 200 MM					
36	Lixa Material: Óxido AlumínioTipo: Lixa Massa Apresentação: Folha Tipo Grão: 120Comprimento: 300 MMLargura: 200 MM	360700	PCT 50 UN	10		
37	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa Flap Tipo Grão: 80Diâmetro: 4.1/2 POLA plicação: Lixadeira Elétrica	479438	UND.	20		
38	Lixa Material: Óxido Alumínio Tipo: Lixa FlapTipo Grão: 120Diâmetro: 4.1/2 POLA plicação: Lixadeira Elétrica	479437	UND.	20		
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
Planilhas Material MARCENARIA						
PROCESSO Nº 23130.000847/2025-71						
Grupo 02 - Material de Marcenaria						
ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
39	Madeira ConstruçãoTipo Madeira: Pinho Formato: Tábua Comprimento: 6 MLargura: 30 CM Espessura: 3 CM	420264	UND.	60		
40	Madeira ConstruçãoTipo Madeira: Massa randuba Formato: Viga Largura: 12 CMEspessura: 8 CMAplicação: Telhado	601842	M	30		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

41	Mola Porta Material: MetalTipo: Hidráulica Aérea Componentes: Braço, Válvulas Independentes Acabamento: Pintado Cor: Ouro Características Adicionais: Abertura Esquerda/Direita, Resistente Corrosão	371119	UND.	30		
42	Óleo Lubrificante.Apresentação: Aerosol Origem: Mineral Derivado De Petróleo Características Adicionais: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação, Desengri	262376	TB 300ML	20		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

	Tipo: Wd-40Aplicação: Lubrificação De Peças					
43	Parafuso Material: Aço Zincado Tipo: Cabeça Panela Comprimento: 40 MM Diâmetro: 4,8 MM Características Adicionais: Com Fenda Auto Atarrachante Rosca Tota	265362	UND.	200		
44	Parafuso Material: LatãoTipo: Cabeça Chata Comprimento: 40 MMDiâmetro: 3,50 MMCaracterísticas Adicionais: Fenda PhilipsTipo Rosca: Soberba	480819	UND.	201		
45	ParafusoMaterial: LatãoTipo: Cabeça ChataComprimento: 65 MMDiâmetro: 5,50 MMCaracterísticas Adicionais: Fenda PhilipsTipo Rosca: Soberba	480817	UND.	100		
46	ParafusoMaterial: Aço ZincadoTipo: Cabeça ChataComprimento: 2 POLDiâmetro: 4,8 MMCaracterísticas Adicionais: Com Bucha S8	374474	UND.	500		
47	ParafusoMaterial: AçoTipo: Cabeça Cilindrica SextavadoComprimento: 12 MMDiâmetro: M5 X 12 MMCaracterísticas Adicionais: Passo: 0,70 MmTipo Rosca: M- 5Normas Técnicas: Din 267Tratamento Superficial: Fosfatizado	483635	UND.	100		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

48	ParafusoMaterial: AçoTipo: Sem Cabeça Comprimento: 8 MMDiâmetro: M5 X 8 MMCaraacterísticas Adicionais: Passo: 0,80 MmTipo Rosca: M- 5Normas Técnicas: Din 267Tratamento Superficial: Fosfatizado	483660	UND.	200		
----	---	--------	------	-----	--	--

49	ParafusoMaterial: AçoTipo: Cabeça Cilindrica SextavadoComprimento: 12 MMDiâmetro: M5 X 12 MMCaraacterísticas Adicionais: Passo: 0,70 MmTipo Rosca: M- 5Normas Técnicas: Din 267Tratamento Superficial: Fosfatizado	483635	UND.	100		
50	Placa CompensadoTipo: ComumComprimento: 2,44 MLargura: 1,22 MEspessura: 10 MM	373238	UND.	50		
51	Placa CompensadoTipo: ComumTipo Miolo: Lâminas De MadeiraAcabamento Externo: ResinadoComprimento: 2,20 MLargura: 1,10 MEspessura: 12 MM	233820	UND.	50		
52	Placa CompensadoTipo: ComumTipo Miolo: MadeiraComprimento: 2,20 MLargura: 1,60 MEspessura: 20 MM	312706	UND.	50		
53	Placa CompensadoTipo: ComumTipo Miolo: Lâminas De MadeiraAcabamento Externo: ResinadoComprimento: 2,20 MLargura: 1,10 MEspessura: 6 MM	257782	UND.	50		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

54	Placa CompensadoTipo: ComumTipo Miolo: Lâminas De MadeiraAcabamento Externo: ResinadoComprimento: 2,20 M Largura: 1,10 MEspessura: 10 MM	257783	UND.	50		
55	Placa CompensadoTipo: ComumTipo Miolo: Lâminas De MadeiraAcabamento Externo: Plastificado Nas Duas FACESComprimento: 2,20 MLargura: 1,10 MEspessura: 15 MM	248531	UND.	50		
56	PortaTipo: LisaAcabamento Superficial: Semi-OcaLargura: 100 CMEspessura: 3  CMComprimento: 2,10 CMCaracterísticas Adicionais: Encabeçada	249252	UND.	20		
57	PortaPadrão Madeira: MistaTipo: LisaAcabamento Superficial: Semi-OcaLargura: 90 CMEspessura: 3 CMComprimento: 2,10 CMCaracterísticas Adicionais: Encabeçada	236747	UND.	30		
58	PortaPadrão Madeira: MistaTipo: LisaAcabamento Superficial: Semi-OcaLargura: 80 CMEspessura: 3 CMComprimento: 2,10 CMCaracterísticas Adicionais: Encabeçada	236750	UND.	30		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

59	PortaPadrão Madeira: MistaTipo: LisaAcabamento Superficial: Semi-OcaLargura: 70 CMEspessura: 3 CMComprimento: 2,10 CMCaracterísticas Adicionais: Encabeçada	239314	UND.	30		
60	PortaPadrão Madeira: MistaTipo: Lisa Acabamento Superficial: Semi-OcaLargura: 60 CMEspessura: 3 CMComprimento: 2,10 CMCaracterísticas Adicionais: Encabeçada	239315	UND.	50		
61	Porta-CadeadoMaterial: FerroTratamento Superficial: ZincadoAcabamento Superficial: Não AplicávelComprimento: 85 MMAltura: 32 MMEspessura: 1,50 MMQuantidade Parafusos: 5 UNDiâmetro Parafusos: 3,20 MMComprimento Parafusos: 16 MMLargura Fio Passante: Não Aplicável MMEspessura Fio Passante: Não Aplicável MMCaracterísticas Adicionais: Não Aplicáve	217176	UND.	30		
62	Prego Com CabeçaMaterial: AçoTipo Corpo: LisoTipo Ponta: ComumAcabamento Superficial: PolidoBitola: 2 1/2 X 10 POL	365591	KG	20		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

63	Prego Com CabeçaMaterial: AçoTipo Corpo: LisoTipo Ponta: ComumAcabamento Superficial: PolidoBitola: 3 X 9 PO	365587	KG	20		
64	Prego Com CabeçaMaterial: Ferro ComumTipo Cabeça: LisoTipo Corpo: LisoTipo Ponta: ComumAcabamento Superficial: PolidoBitola: 1 1/2 X 13 POL	343980	KG	20		
65	Prego Com CabeçaMaterial: AçoTipo Cabeça: ChataTipo Corpo: LisoTipo Ponta: ComumBitola: 13 X 18	317913	KG	20		
66	Prego Sem CabeçaMaterial: AçoTipo Corpo: LisoTipo Ponta: NormalAcabamento Superficial: GalvanizadoAplicação: MadeiraBitola: 1 1/2 X 15	356397	KG	20		
67	Prendedor Porta Material: AçoTipo Pino: Fixado No PisoTipo Trava: Fixada Na Porta	260622	UND.	30		
68	TrincoMaterial: Alumínio AnodizadoTipo Encaixe: Fecho Rápido De PressãoQuantidade Parafusos: 2 UNAplicação: Janela De Alumínio	390477	UND.	20		
69	TrincoMaterial: Aço ZincadoTipo Encaixe: Barra ChataTipo Pino: Fixado Na PortaTipo Trava: Fixada No BatenteComprimento: 15,24 CMLargura: 40 MMQuantidade Parafusos: 6 UNAplicação: Porta	480869	UND.	20		



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

70	Veda PortaMaterial Borda: Borracha Natural / AutoadesivaAplicação: Batente De PortaLargura: 10 MMEspessura: 6 MM	473621	UND.	50		
71	DivisóriaMaterial: Gesso AcartonadoAcabamento Superficial: Tinta Acrílica AcetinadaCor: BrancaEspessura: 12 CMMaterial Perfil: Aço GalvanizadoCaracterísticas Adicionais: Chapa Do Perfil De 0,5 Mm, Isolamento Acústico LâTipo: Painel Piso Teto CegoAltura: 254 CM	295318	M²	100		

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Planilhas Material Hidráulicos

PROCESSO Nº 23130.000847/2025-71

### Grupo 03 - Planilhas Material Hidráulicos

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
72	<b>Adesivo Conexão Hidráulica</b> <b>Composição: Acetona/Metiletilcetona/Tolual E</b> <b>Resina Pvc</b> <b>Prazo Validade: 1 Ano Após Fabricação</b> <b>Aplicação: Tubos E Conexões De Pvc</b> <b>Apresentação: Tubo De 75gr</b>	241330	BIS 75G	50		
73	<b>Anel Borracha</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Diâmetro Nominal: 40 MM</b> <b>Diâmetro Externo: Não Aplicável MM Peso:</b> <b>3 G</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5.688</b> <b>Aplicação: Esgoto Predial Reforçado</b>	216491	UND.	100		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

74	<b>Anel Borracha</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Diâmetro Nominal: 50 MM</b> <b>Diâmetro Externo: 79 MM</b> <b>Peso: 15 G</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 7.673</b> <b>Aplicação: Água</b>	216496	UND.	100		
75	<b>Anel Borracha</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Diâmetro Nominal: 75 MM Aplicação: Água</b> <b>Tipo: Pba</b> <b>Cor: Preta</b>	302271	UND.	50		
76	<b>Anel Borracha</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Diâmetro Nominal: 100 MM</b> <b>Aplicação: Água</b> <b>Tipo: Pba</b> <b>Cor: Preta</b>	302272	UND.	100		
77	<b>Anel Borracha</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Diâmetro Nominal: 150 MM</b> <b>Aplicação: Água</b> <b>Tipo: Pba</b> <b>Cor: Preta</b>	302273	UND.	30		
78	<b>Anel Vedação</b> <b>Material: Borracha Butilica</b> <b>Forma Seção Transversal: Circular</b> <b>Diâmetro Interno: 100 MM</b> <b>Espessura Seção Transversal: 20 MM</b> <b>Características Adicionais: Vaso Sanitário</b>	441837	UND.	30		
79	<b>Assento Vaso Sanitário</b> <b>Material: Plástico</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Características Adicionais: Modelo Para Portadores De Deficiência Física</b>	412014	UND.	10		
80	<b>Assento Vaso Sanitário</b> <b>Material: Plástico</b> <b>Cor: Branca</b>	258317	UND.	80		
BUCHA DE REDUÇÃO CURTA						



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

81	<b>Bucha Instalação Predial Água Fria</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Diâmetro Nominal: 25 X 20 MM Tipo:</b> <b>Redução Curta</b> <b>Tipo Extremidades: Bolsa Soldável</b> <b>Tipo Rosca: Sem Rosca</b>	237227	UND.	20		
82	<b>Bucha Instalação Predial Água Fria</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Diâmetro Nominal: 32 X 25 MM Tipo:</b> <b>Redução Curta</b> <b>Tipo Extremidades: Bolsa Soldável</b> <b>Tipo Rosca: Não Aplicável</b>	220577	UND.	20		
83	<b>Bucha Instalação Predial Água Fria</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Diâmetro Nominal: 40 X 32 MM Tipo:</b> <b>Redução Curta</b> <b>Tipo Extremidades: Bolsa Soldável</b> <b>Tipo Rosca: Não Aplicável</b>	220578	UND.	10		
84	<b>Bucha Instalação Predial Água Fria</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Diâmetro Nominal: 50 X 40 MM</b>  <b>Tipo: Redução Curta</b> <b>Tipo Extremidades: Bolsa Soldável</b> <b>Tipo Rosca: Não Aplicável</b>	220579	UND.	10		
85	<b>Bucha Instalação Predial Água Fria</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Diâmetro Nominal: 60 X 50 MM Tipo:</b> <b>Redução Curta</b> <b>Tipo Extremidades: Bolsa Soldável</b> <b>Tipo Rosca: Não Aplicável</b>	220580	UND.	10		
86	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução Curta</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 75 X 60 MM</b>	244920	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

87	<b>Bucha Redução</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Bitola: 1" X 3/4" POL</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Características Adicionais: Com Rosca</b>	296317	UND.	10		
88	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola I: 1 X 1 1/4 POL</b>	295833	UND.	10		
89	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola I: 1 1/2 X 1 1/4 POL</b>	295832	UND.	10		
<b>BUCHA DE REDUÇÃO esgoto</b>						
90	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 50 X 40 MM</b>	271413	UND.	15		
91	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 75 X 50 MM</b>	271409	UND.	10		
92	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Bucha Redução</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 100 X 75 Mm MM</b>	271410	UND.	10		
93	<b>Caixa D'Água</b> <b>Material: Polietileno</b> <b>Tipo: Redondo</b> <b>Capacidade: 1.000 L</b>  <b>Características Adicionais: Com Tampa E Trava De Segurança</b>	616045	UND.	5		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

94	<b>Caixa Descarga</b> <b>Material: Plástico</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Capacidade: 9 L</b> <b>Características Adicionais: Peças E</b> <b>Acessórios De Fixação</b>	441813	UND.	15		
95	<b>Caixa Sifonada</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Formato Grelha: Redondo Diâmetro</b> <b>Saída Tubo: 50 MM</b> <b>Características Adicionais: Conjunto</b> <b>Completo, Corpo Articulado Diâmetro:</b> <b>100 MM</b> <b>Altura: 140 MM</b>	399564	UND.	10		
96	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Aplicação: Calha, Drenagem Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Características Adicionais: Condutor</b> <b>Circular</b> <b>Comprimento: 3 M</b> <b>Referência: Dn 88</b>	342231	UND.	20		
97	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Cabeceira Esquerda Aplicação:</b> <b>Calha, Drenagem Predial Cor: Branca</b> <b>Referência: Dn 125</b>	341996	UND.	10		
98	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Cabeceira Direita</b> <b>Aplicação: Calha, Drenagem Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Referência: Dn 125</b>	341995	UND.	10		
99	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Emenda</b> <b>Aplicação: Calha, Drenagem Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Referência: Dn 125</b>	341994	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

100	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Bocal</b> <b>Aplicação: Calha, Drenagem Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Referência: Dn 125 X 88</b>	341991	UND.	10		
101	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Joelho 60 POL</b> <b>Aplicação: Calha, Drenagem Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Referência: Dn 88</b>	341979	UND.	10		
102	<b>Chuveiro Não Elétrico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Com Braço, Sem Registro Cor: Branca</b> <b>Bitola: 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Água Fria</b>	287620	UND.	25		
103	<b>Cola</b> <b>Composição: Adesivo À Base Resina Epóxi</b> <b>Características Adicionais: Atóxica</b> <b>Tipo: Bi-Componente</b>	439777	EMB. 0,75KG	50		
104	<b>Cuba</b> <b>Material: Louça</b> <b>Formato: Oval</b> <b>Dimensões: 490 X 365 MM</b> <b>Cor: Branco Gelo</b> <b>Profundidade: 160 MM Tipo: Embutir</b> <b>Aplicação: Banheiro</b>	328439	UND.	10		
105	<b>Cuba</b> <b>Material: Aço Inoxidável</b> <b>Formato: Retangular</b> <b>Dimensões: 480 X 320 MM</b> <b>Profundidade: 150 MM</b> <b>Tipo: Embutir</b>	255609	UND.	5		
106	<b>Ducha Higiênica</b> <b>Material: Metal</b> <b>Comprimento: 1,20 M</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Acabamento: Cromado</b>	304782	UND.	60		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

107	<b>Engate Hidráulico</b> <b>Material: Pvc Flexível</b> <b>Bitola: 1/2 POL</b> <b>Comprimento: 50 CM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b>	355256	UND.	60		
108	<b>Espude Vaso Sanitário</b> <b>Material: Borracha</b> <b>Bitola: 40 MM</b> <b>Características Adicionais: Sem Parafuso</b>	395408	UND.	20		
109	<b>Fita Veda Rosca</b> <b>Material: Teflon</b> <b>Comprimento: 50 M</b> <b>Largura: 18 MM</b>	319589	RO 50M	40		
110	<b>Graxa - Silicone</b> <b>Aspecto Físico: Sólido</b> <b>Consistência: Pastosa</b>  <b>Composição: Fenil Metil De Silicone</b> <b>Cor: Incolor</b> <b>Aplicação: Vedação</b>	466770	EMB 200G	80		
111	<b>Grelha Ralo</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Côncava</b> <b>Bitola: 10 CM</b> <b>Características Adicionais: Tipo Abacaxi</b> <b>Aplicação: Instalações De Drenagem</b>	604777	UND.	20		
112	<b>Grelha Ralo</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Quadrado</b> <b>Bitola: 100 Mm</b> <b>Características Adicionais: Com Caixilho</b> <b>Acabamento Superficial: Cromado</b>	246672	UND.	10		
113	<b>Grelha Ralo</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Redondo</b> <b>Bitola: 100 Mm</b>	265187	UND.	20		

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Planilhas Material Hidráulicos

PROCESSO Nº 23130.000847/2025-71

Grupo 04 - Planilhas Material Hidráulicos

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
114	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 20 Mm</b>	240418	UND.	30		
115	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 25 Mm</b>	240422	UND.	40		
116	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 32 Mm</b>	240421	UND.	20		
117	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Curva 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 40 Mm</b>	237363	UND.	10		
118	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 50 Mm</b>	240420	UND.	30		
119	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 60 Mm</b>	242983	UND.	10		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

120	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 75 Mm</b>	237368	UND.	10		
121	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Joelho</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Bitola I: 3/4 POL</b>	462382	UND.	5		
122	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Manutenção Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Diâmetro Nominal: 1 POL</b>	318518	UND.	10		
123	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola Lado Soldável: Não Aplicável MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Não Aplicável</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1 1/4 POL</b>	228852	UND.	5		
124	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Manutenção Predial</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Diâmetro Nominal: 1 1/2 POL</b>	318519	UND.	10		
JOELHO COM BUCHA DE LATÃO						
	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b>					



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

125	<b>Tipo Fixação: Soldável E Roscável</b> <b>Bitola Lado Soldável: 20 MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria Cor: Azul</b> <b>Características Adicionais: Com Bucha De Latão</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1/2 POL</b>	374190	UND.	20		
126	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho De Redução 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Cor: Azul</b> <b>Características Adicionais: Com Bucha De Latão</b> <b>Bitola li: 25 Mm X 1/2 POL</b>	404510	UND.	20		
JOELHO 45° AGUA FRIA						
127	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 20 Mm</b>	242793	UND.	20		
128	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 25 Mm</b>	242984	UND.	40		
129	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 32 Mm</b>	236707	UND.	40		
130	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 40 Mm</b>	236705	UND.	20		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

131	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 50 Mm</b>	236706	UND.	20		
132	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>  <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 60 Mm</b>	265055	UND.	15		
133	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 75 Mm</b>	260119	UND.	15		
134	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola I: 3/4 POL</b>	295811	UND.	10		
135	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola Lado Soldável: Não Aplicável MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Não Aplicável</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1 POL</b>	228854	UND.	20		
136	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola I: 1 1/4 POL</b>	295812	UND.	10		
137	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 1 1/2"</b>	240415	UND.	20		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

JOELHO 90° ESGOTO						
138	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Ponta E Bolsa</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5688</b> <b>Bitola: 40 MM</b>	351460	UND.	10		
139	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 50</b>	233983	UND.	10		
140	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Ponta E Bolsa</b>  <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5688</b> <b>Bitola: 75 MM</b>	351462	UND.	10		
141	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 100 Mm</b>	236902	UND.	15		
JOELHO 45° ESGOTO						
142	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 40</b>	233979	UND.	40		
143	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 50 Mm</b>	236706	UND.	50		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

144	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Bitola: 75 Mm</b>	236708	UND.	20		
145	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Joelho 45°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 100 Mm</b>	236907	UND.	30		
JUNÇÃO						
146	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Aplicação:</b> <b>Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 50 X 50 Mm</b>	236910	UND.	10		
147	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Bitola: 75 X 50 Mm</b>	255600	UND.	10		
148	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>  <b>Aplicação: Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 75 X 75 Mm</b>	247440	UND.	10		
149	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Aplicação:</b> <b>Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 100 X 50 Mm</b>	237364	UND.	10		
150	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Aplicação:</b> <b>Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 100 X 75 Mm</b>	236911	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

151	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Junção Simples</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 100 X 100 Mm</b>	236912	UND.	10		
152	<b>Lavatório Mãos</b> <b>Material: Louça</b> <b>Comprimento: 530 MM</b> <b>Largura: 440 MM</b> <b>Altura: 800 MM</b> <b>Características Adicionais: Com Coluna Cor: Branca</b>	273456	UND.	6		
LUVA ÁGUA FRIA						
153	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 20 Mm</b>	245133	UND.	20		
154	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 25 Mm</b>	242790	UND.	50		
155	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 32 Mm</b>	242876	UND.	30		
156	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	293931	UND.	20		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

	<b>Bitola Lado Soldável: 40 MM</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b>					
157	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 50 Mm</b>	247695	UND.	15		
158	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 60 Mm</b>	245144	UND.	10		
159	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 75 Mm</b>	245143	UND.	15		
160	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Redução</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Bitola Lado Soldável: 32 X 25 MM</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Cor: Marrom</b> <b>Características Adicionais: Não Aplicável</b> <b>Bitola Lado Roscável: Não Aplicável POL</b>	231225	UND.	20		
<b>LUVA COM BUCHA DE LATÃO</b>						
161	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Com Bucha De Latão</b> <b>Bitola: 20 Mm X 1/2"</b>	260149	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

162	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 25 Mm X 1/2" POL</b>	336923	UND.	20		
163	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Com Bucha De</b>  <b>Latão</b> <b>Bitola: 25 Mm X 3/4"</b>	260148	UND.	15		
LUVA ESGOTO						
164	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Bitola: 40 MM</b>	481312	UND.	30		
165	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva</b> <b>Tipo Fixação: Encaixe Aplicação:</b> <b>Instalação Sanitária</b> <b>Bitola: 50 MM</b>	462550	UND.	50		
166	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Luva Simples Tipo</b> <b>Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Bitola: 75 MM</b>	353518	UND.	20		
167	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Luva Simples Tipo</b> <b>Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Bitola: 100 MM</b>	353504	UND.	30		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

168	<b>Luva Conexão</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Soldável</b> <b>Bitola: 150 MM</b> <b>Aplicação: Instalação Sanitária</b> <b>Cor: Branco</b>	357201	UND.	25		
LUVA DE CORRER ÁGUA FRIA						
169	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 25 MM</b>	407295	UND.	20		
170	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Tipo Fixação: Encaixe</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Anel De Borracha</b> <b>Para Vedação Nas Extremidades Bitola: 32 MM</b>	389647	UND.	10		
171	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Tipo Fixação: Anel Borracha</b>  <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 40 MM</b>	377772	UND.	10		
172	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Tipo Fixação: Encaixe</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Características Adicionais: Anel De Borracha</b> <b>Para Vedação Nas Extremidades Bitola: 50 MM</b>	389649	UND.	10		
173	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Tipo Fixação: Encaixe</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Características Adicionais: Anel De Borracha</b> <b>Para Vedação Nas Extremidades</b> <b>Bitola: 40 MM</b>	389648	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

174	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Luva De Correr Aplicação:</b> <b>Instalação Sanitária</b> <b>Características Adicionais: Com O Ring</b> <b>Bitola: 50 MM</b>	346197	UND.	15		
175	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Luva De Correr</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Características Adicionais 1: Diâmetro Nominal</b> <b>100mm / Anel De Vedação</b>	389641	UND.	20		
176	<b>Mictório</b> <b>Material: Louça</b> <b>Formato: Oval</b> <b>Altura: 565 MM</b> <b>Diâmetro Maior: 345 MM</b> <b>Diâmetro Menor: 315 MM</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Características Adicionais: Com Sifão</b> <b>Integrado</b>	255728	UND.	5		
177	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Nípel</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola Lado Roscável: 3/4 POL</b>	334009	UND.	10		
178	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Nípel</b>  <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1 POL</b>	334012	UND.	20		
179	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Nípel</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1 1/4 POL</b>	334011	UND.	20		



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

180	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Nípel</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola Lado Roscável: 1 1/2 POL</b>	334010	UND.	20		
-----	--	--------	------	----	--	--

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Planilhas Material Hidráulicos****PROCESSO Nº 23130.000847/2025-71****Grupo 05 - Planilhas Material Hidráulico**

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAIS	IDENT. CATMAT	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
181	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Material: Plástico E Borracha</b> <b>Tipo Fixação: Encaixe Bitola:</b> <b>2 POL</b> <b>Componentes: Obturador Com Borracha De</b> <b>Vedação E Corrente</b> <b>Tipo Reparo: Vedante</b>	465417	UND.	10		
182	<b>Conjunto Obturador Caixa Descarga</b> <b>Componentes: Borracha, Flutuador, Guia,</b> <b>Haste, Reguladores E</b> <b>Aplicação: Caixa De Descarga Marca</b> <b>Brasilit, Modelo De Embutir</b>	239380	UND.	40		
183	<b>Parafuso Com Bucha E Porca</b> <b>Material: Latão</b> <b>Referência Bucha: Nº 10</b> <b>Tipo Porca: De Mama</b> <b>Aplicação: Fixação De Louças Sanitárias</b>	238192	UND.	40		
184	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Plug</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Cor: Branco</b> <b>Bitola: 1/2"</b>	265166	UND.	10		
185	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Plug</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b>	265167	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

	<b>Cor: Branco</b> <b>Bitola: 3/4"</b>					
186	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Plug</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Cor: Branco</b> <b>Bitola: 1"</b>	265168	UND.	5		
187	<b>Plug Tubo</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Rígido</b> <b>Tipo: Roscável</b> <b>Bitola: 1 1/4 POL Aplicação:</b> <b>Rede Hidraulica</b> <b>Formato: Tampão</b>	300188	UND.	5		
188	<b>Plug Tubo</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Rígido</b> <b>Tipo: Roscável</b> <b>Bitola: 1 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Rede Hidraulica Formato:</b> <b>Tampão</b>	300187	UND.	5		
189	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Borboleta</b> <b>Bitola: 25 MM</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	366639	UND.	10		
190	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Manual</b> <b>Bitola: 32 MM</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	257682	UND.	5		
191	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Manual</b> <b>Bitola: 40 MM</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	257680	UND.	5		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

192	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Manual</b> <b>Bitola: 50 MM</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	257681	UND.	5		
193	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Bitola: 1 1/2 POL</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b>	404513	UND.	5		
194	<b>Registro Esfera</b> <b>Material: Latão</b> <b>Tipo: Manual</b> <b>Bitola: 3/4"</b> <b>Características Adicionais: Fecho Rápido</b>	254251	UND.	5		
195	<b>Registro Pressão</b> <b>Material: Metal</b> <b>Diâmetro: 3/4 POL</b> <b>Tipo: Manual</b> <b>Aplicação: Material Hidráulico</b>	299632	UND.	10		
196	<b>Registro Gaveta</b> <b>Bitola: 3/4 POL</b> <b>Material: Latão Fundido</b> <b>Características Adicionais: Volante Liga Latão</b> <b>Cromado E Canopla Ferro Cromado Aplicação:</b> <b>Instalação Hidráulica</b>	349028	UND.	10		
197	<b>Reparo Válvula Hidráulica Material:</b> <b>Aço Inoxidável Cromado Tipo</b> <b>Fixação: Parafusada</b> <b>Bitola: 1.1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Alavanca Ref 2511</b> <b>Para Válvula Hidra</b>	251655	UND.	20		
198	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola: 1 1/2 X 1 1/4 POL</b> <b>Características Adicionais: Dn32 / Dn40 Para</b> <b>Válvula Hydra Max</b>	247710	UND.	20		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

199	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola: 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Caixa Acoplada Ao Vaso</b> <b>Componentes: Bóia Vedação / Botão Descarga</b> <b>/ Haste Vedação</b> <b>Tipo: Descarga</b>	274835	UND.	25		
200	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola: 1.1/2 POL</b> <b>Aplicação: Válvula Hidráulica Marca Docol</b> <b>Componentes: Borracha E Gaxetas, Guarnição</b> <b>E Mola De Aço</b>	254184	UND.	20		
201	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola: 1 1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Dn32 / Dn40 Para</b> <b>Válvula Hydra Max</b> <b>Aplicação: Válvula Hidráulica Marca Hydra,</b> <b>Modelo Max 2550</b>  <b>Componentes: Borracha E Gaxetas, Guarnição</b> <b>E Mola De Aço</b> <b>Referência: 4686 325</b>	328915	UND.	20		
202	<b>Reparo Válvula Hidráulica</b> <b>Tipo Fixação: Roscável</b> <b>Bitola: 1.1/2 POL</b> <b>Aplicação: Válvula Hidráulica Marca Hydra,</b> <b>Modelo Max 2515</b> <b>Componentes: Borracha E Gaxetas,</b> <b>Guarnição E Mola De Aço</b>	254203	UND.	20		
203	<b>Sifão</b> <b>Material: Polipropileno</b> <b>Tipo Corpo: Sanfonado / Flexível</b> <b>Aplicação: Lavatório E Pia Características</b> <b>Adicionais: Sistema De Vedação Por Anéis</b> <b>Plástico Ou Borracha Bitola: 50 MM</b> <b>Padrão: Universal/Duplo</b>	441316	UND.	70		



# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

204	<b>Tampão Conexão</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 75 MM</b> <b>Uso: Instalações Hidráulicas</b>	331048	UND.	5		
205	<b>Tampão Conexão</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo Rosca: Soldável</b> <b>Diâmetro: 100 MM</b> <b>Uso: Sanitário</b>	262838	UND.	5		
TE AGUA FRIA						
206	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Bitola</b> <b>Lado Soldável: 20 MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5648</b>	374822	UND.	10		
207	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Bitola</b> <b>Lado Soldável: 25 MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5648</b>	351409	UND	30		
208	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Bitola</b> <b>Lado Soldável: 32 MM</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5648</b>	351416	UND.	10		
209	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo I: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Diâmetro Externo: 40 MM</b>	613074	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

210	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Aplicação:</b> <b>Instalação Hidráulica Diâmetro</b> <b>Externo: 50 MM</b>	613556	UND.	10		
211	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 60 Mm</b>	242708	UND.	10		
212	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Bitola: 75 Mm</b>	263722	UND.	10		
213	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê 90°</b> <b>Tipo Fixação: Soldável</b> <b>Bitola: 1/2 POL</b>	441040	UND.	10		
214	<b>Tê - Conexão Para Tubos Canos - Roscável</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Diâmetro</b> <b>Entrada: 3/4 POL</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b>	452028	UND.	10		
215	<b>Tê - Conexão Para Tubos Canos - Roscável</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Diâmetro</b> <b>Entrada: 1 POL</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b>	452029	UND.	10		
216	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Tipo: Tê 90°</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Características Adicionais: Com Rosca 1 1/2</b> <b>Pol</b>	344677	UND.	10		
TE esgoto						



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

217	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo I: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável Aplicação:</b> <b>Instalação Hidráulica</b> <b>Diâmetro Externo: 75 MM</b>	613076	UND.	10		
218	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc - Cloreto De Polivinila</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Ponta E Bolsa</b> <b>Aplicação: Instalações Esgoto</b> <b>Bitola: 100 MM</b>	441805	UND.	10		
TE COM BUCHA DE LATÃO						
219	<b>Conexão Hidráulica</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Tipo: Tê</b> <b>Tipo Fixação: Soldável E Roscável</b> <b>Aplicação: Instalação Hidráulica</b> <b>Cor: Azul</b> <b>Características Adicionais: Com Bucha De Latão</b> <b>Normas Técnicas: Nbr 5.648</b> <b>Bitola: 25 Mm X 1/2"</b>			10		
TORNEIRAS						
220	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Pvc</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Bebedouro De Garrafão</b> <b>Cor: Branca</b>	250247		10		
221	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Pvc</b> <b>Tipo: Longa Diâmetro:</b> <b>1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Com Prolongador/Conector Para Mangueira 3/8"</b> <b>Aplicação: Bebedouro De Garrafão</b> <b>Cor: Branca</b>	349672		10		





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

222	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Metal Cromado Tipo:</b> <b>Longa</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Acabamento Superficial: Cromado</b> <b>Características Adicionais: De Parede</b> <b>/Comprimento 18,4 Cm/Sistema</b> <b>Acionamento</b> <b>Aplicação: Lavatório E Pia</b>	381096		10		
223	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Aço Inoxidável Cromado</b> <b>Tipo: Pia</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Bica Móvel Para</b> <b>Bancada Giratória, Tipo Pescoço De Aplicação:</b> <b>Bancada</b>	253944	UND.	30		
224	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Metal Cromado</b> <b>Diâmetro: 1/4 POL</b> <b>Acabamento Superficial: Cromado</b> <b>Características Adicionais: Com Bica Móvel</b> <b>Longa E Bico Arejador</b> <b>Aplicação: Parede</b>	443637	UND.	40		
225	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Metal Cromado</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Acabamento Superficial: Cromado</b> <b>Características Adicionais: De Parede/Bica</b> <b>Móvel Curta/Bico Arrejador</b> <b>Aplicação: Cozinha</b>	381089	UND.	20		
226	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Pvc Tipo:</b> <b>Bóia Caixa-D'Água</b> <b>Diâmetro: 3/4 POL</b> <b>Aplicação: Caixa Dágua</b>	249830	UND.	10		
227	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Metal</b> <b>Tipo: Bóia Caixa-D'Água</b> <b>Diâmetro: 1 1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Balão Pvc</b> <b>Aplicação: Caixa Dágua</b>	396903	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

228	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Pvc</b> <b>Tipo: Jardim</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b>	240514	UND.	30		
229	<b>Torneira</b> <b>Material Corpo: Metal</b> <b>Tipo: Automática</b> <b>Diâmetro: 1/2 POL</b> <b>Acabamento Superficial: Cromado</b> <b>Características Adicionais: Acionamento</b> <b>Hidromecânico Com Leve Pressão Manual</b> <b>Aplicação: Lavatório E Pia</b>	429870	UND.	60		
<b>TUBO ÁGUA FRIA</b>						
230	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 20 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b>	245216	UND.	10		
231	<b>Tubo Pvc Soldável</b> <b>Aplicação: Instalações Prediais Água Fria</b> <b>Diâmetro Nominal: 25 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Material: Pvc Rígido</b>	255878	UND.	20		
232	<b>Tubo Hidráulico</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Diâmetro: 32 MM</b> <b>Aplicação: Tubulação De Água</b>	333574	UND.	15		
233	<b>Tubo Hidráulico</b> <b>Material: Pvc Rígido</b> <b>Diâmetro: 40 MM</b>  <b>Aplicação: Tubulação De Água</b>	333572	UND.	10		
234	<b>Tubo Pvc Soldável</b> <b>Aplicação: Hidráulica</b> <b>Cor: Marrom</b> <b>Diâmetro Nominal: 50 MM</b> <b>Comprimento: 6 M Comprimento</b> <b>Bolsa: 50 MM Espessura</b> <b>Paredes: 3 MM</b> <b>Pressão: 7,50 Kgf/Cm2 A 20°C</b>	214734	UND.	10		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Planejamento e Administração

Coordenação de Licitação

Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE

Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

235	<b>Tubo Pvc Soldável</b> <b>Aplicação: Hidráulica</b> <b>Cor: Marrom</b> <b>Diâmetro Nominal: 60 MM</b> <b>Comprimento: 6 M Comprimento</b> <b>Bolsa: 60 MM Espessura</b> <b>Paredes: 3,30 MM</b> <b>Pressão: 7,50 Kgf/Cm2 A 20°C</b>	214735	UND.	10		
236	<b>Tubo Pvc Soldável</b> <b>Aplicação: Hidráulica</b> <b>Cor: Marrom</b> <b>Diâmetro Nominal: 75 MM</b> <b>Comprimento: 6 M Comprimento</b> <b>Bolsa: 70 MM Espessura</b> <b>Paredes: 4,20 MM</b> <b>Pressão: 7,50 Kgf/Cm2 A 20°C</b>	214736	UND.	10		
TUBO ESGOTO						
237	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 40 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Esgoto</b>	233970	UND.	10		
238	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 50 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Esgoto</b>	233971	UND.	10		
239	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 75 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Esgoto</b>	286283	UND.	10		
240	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 100 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Esgoto</b>	233972	UND.	10		
241	<b>Tubo Pvc Soldável</b> <b>Aplicação: Rede Hidráulica E Esgoto</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Diâmetro Nominal: 150 MM</b>	271684	TB 6M	2		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

	<b>Comprimento: 6 M</b> <b>Tipo: Leve</b> <b>Material: Pvc Rígido</b>					
242	<b>Tubo Plástico</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 200 MM</b> <b>Comprimento: 6 M</b> <b>Aplicação: Esgoto</b>	299424	UND.	2		
243	<b>Tubo Descarga Material:</b> <b>Metal Diâmetro: 1 1/2</b> <b>POL Comprimento: 25 CM</b> <b>Características Adicionais: Cromado E Anel</b> <b>Expansor</b> <b>Tipo: Encaixe/Pressão</b>	349820	UND.	10		
244	<b>Tubo Descarga</b> <b>Material: Pvc</b> <b>Diâmetro: 40 MM</b> <b>Comprimento: 1,40 M</b> <b>Pressão: 7,50 KGF/CM2 Características</b> <b>Adicionais: C/ Curva E</b> <b>Bolsa De Ligação Entre Descarga E Vaso Tipo:</b> <b>Soldável</b> <b>Uso: Descarga Sobrepor</b>	239690	UND.	10		
VÁLVULAS						
245	<b>Válvula Descarga</b> <b>Material: Metal</b> <b>Tratamento Superficial: Cromado</b> <b>Bitola: 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Mictório</b> <b>Tipo: Automática</b> <b>Tipo Uso: Acionamento Manual</b>	429926	UND.	20		
246	<b>Válvula Escoamento Material:</b> <b>Aço Inoxidável Diâmetro: 2 1/2</b> <b>X 1 1/2 POL</b> <b>Aplicação: Pia</b>	304269	UND.	20		



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

247	<b>Válvula Escoamento Material:</b> <b>Aço Inoxidável Diâmetro: 3</b> <b>1/2 POL</b> <b>Características Adicionais: Tipo Americana</b>	389857	UND.	20		
VASOS SANITÁRIOS						
248	<b>Válvula Escoamento Material:</b> <b>Aço Inoxidável Diâmetro: 7/8</b> <b>POL</b> <b>Características Adicionais: Tipo Americana</b>	465369	UND.	50		
249	<b>Vaso Sanitário</b> <b>Material: Louça</b> <b>Cor: Branca</b> <b>Tipo: Convencional</b>	274654	UND.	20		

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre as descrições apresentadas neste Termo de Referência e as especificações constantes no CATMAT, deverão prevalecer aquelas descritas nos Anexos I (Planilha de Materiais Hidráulicos) e II (Planilha de Materiais de Marcenaria), os quais contêm, em formato de tabela, os dados técnicos detalhados e encontram-se devidamente anexados a este documento para fins de esclarecimento e precisão na contratação.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto ou as unidades de fornecimento descritas no sistema eletrônico e as especificações ou as unidades de fornecimento constantes neste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha contidas nos Anexos I e II.

1.3. Se houver divergência entre a descrição/especificação do item no código do Compras net e na especificação deste Termo de Referência, prevalecerá a descrição deste Termo de Referência.

1.4. Os licitantes devem informar em suas propostas todas as características do material ofertado constantes nos Anexo I e II.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação de acordo com o Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados do(a) após assinatura(dois) anos do contrato, publicação no DOU, emissão nota de empenho e emissão da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, mediante procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços - SRP.

1.9. A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes, para cada item, deverá ser a quantidade total contidas nos Anexos I e II, tendo em vista que a oferta de proposta em menor quantidade é desvantajosa para a administração, pois prejudica a economia de escala pela qual podemos obter melhores preços com a oferta da quantidade total a ser adquirida.

1.10. A Instituição não está obrigada a firmar as contratações de todos os itens licitados ou de toda quantidade solicitada em cada item.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

1.11. A Cotação de preços unitários e totais deve estar em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas na tabela acima, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

1.12. As marcas ofertadas para os itens relacionados no edital e que constarem na ata de registro de preços deverão ser rigorosamente entregues pela empresa contratada. Substituições de marcas serão permitidas apenas em situações excepcionais, desde que a contratada comprove a indisponibilidade da marca originalmente ofertada no mercado, mediante apresentação de declaração oficial da empresa fabricante do produto.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais de aquisição devem atender aos critérios estabelecidos nos termos da Portaria SEGES

/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021. Esta portaria determina que o Plano Diretor de Logística Sustentável seja um instrumento de governança vinculado ao planejamento estratégico da instituição. Esse plano estabelece a estratégia das contratações e da logística, considerando objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural;

4.1.2. Além disso, os preceitos do desenvolvimento sustentável devem ser observados na fase preparatória da licitação, conforme o parágrafo único do artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022. Isso significa que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser considerados desde o planejamento da contratação até a execução contratual e a destinação ambiental dos resíduos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

4.1.3 É imprescindível que os materiais de aquisição atendam aos requisitos de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, conforme o Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU

/AGU. Isso inclui a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, para garantir que os critérios de sustentabilidade sejam incluídos de forma clara e objetiva nas peças editalícias.

4.1.4 Prioridade deve ser dada para produtos reciclados e recicláveis, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e recomenda-se consultar o Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável) e o site governamental <https://doacoes.gov.br/>, para identificar produtos e serviços que promovam o consumo consciente e sustentável.

4.1.5 Em suma, a aquisição de materiais de alvenaria, hidráulica e marcenaria deve ser realizada levando em consideração os princípios da sustentabilidade, desde o planejamento até a execução do processo de contratação, para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável, promovendo o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Após o envio da Nota de Empenho, o prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos contado a partir da data de solicitação de cada pedido.

5.1.1. Caso a empresa necessite prorrogar o prazo, é imprescindível que, antecedendo o fim do mesmo, seja formalizado um requerimento fundamentado apresentando as justificativas pertinentes, as quais passarão por um processo de análise e avaliação.

5.1.2. Compete à empresa contratada assumir as despesas referentes à entrega do objeto, as quais serão consideradas como integrantes do preço apresentado pela respectiva empresa.

5.1.3. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades.

5.1.4. Não serão aceitos produtos de marcas e/ou modelos diferentes daqueles constantes na proposta de preços vencedora e na Ata de Registro de Preços.

**5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço no Campus Casa Forte - Edf.**

**Gilberto Freyre - Av. Dezessete de Agosto, 2187, Casa Forte - Recife-PE. O setor responsável pelo recebimento é o da Fundação Joaquim Nabuco é o Almoxarifado e os horários de entrega são de 9h às 16h, exceto em feriados e finais de semana.**

**Garantia, manutenção e assistência técnica**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II, da Lei 14.133

/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133

/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo requisitante do material, sendo acompanhada também pelo Setor de Almoxarifado.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.5.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato irá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

I. quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que Advertência, não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. quando praticadas as condutas descritas nas Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art.156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### IV. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias:

1.1. Após dez dias de atraso, sem que o objeto tenha sido entregue, ficará caracterizada a inexecução contratual.

2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto vinculado à obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do objeto.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº14.133, de 2021).

7.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art.161, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de **10 (dez) dias ininterruptos** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da

---

aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de , a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de **30 (**

**Trinta ) dias corridos** cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do

---

material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até nº 14.133, de 2021 o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **30 ( Trinta ) dias Corridos**

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano de correção monetária, mediante aplicação da seguinte das seguintes fórmulas:

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo**

**pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação Financeira = 0,00016438, assim apurado:**

**I = ( TX )    I = ( 6/100 )    I = 0,00016438    TX = Percentual da taxa anual = 6%**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

8.24 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os

procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020**, conforme as regras deste presente tópico.

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do **Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020**.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos**)





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

##### *Forma de seleção e critério de julgamento da proposta*

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** do **GRUPO**.

9.1.1. O julgamento dos itens será realizado de acordo com os procedimentos padrão. Contudo, a empresa vencedora será aquela que apresentar o menor preço total por grupo, considerando os 2 grupos. Em caso de empate, será aplicado o critério estabelecido no artigo 60 da Lei 14.133/21.

9.1.2. Conforme o artigo 60, em situação de empate entre duas ou mais propostas, os seguintes critérios de desempate serão utilizados, nesta ordem:

I. Disputa final, onde os licitantes empatados poderão apresentar novas propostas em ato contínuo a classificação;

II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com preferência para o uso de registros cadastrais para atestar o cumprimento de obrigações conforme a Lei;

III. Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação;

IV. Desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.1.3. Adicionalmente, caso o empate persista, será garantida preferência sucessiva aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no território do Estado ou Distrito Federal do órgão ou entidade licitante, empresas brasileiras, empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no país, e empresas que comprovem práticas de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.8.1.4. É importante observar que a Lei 14.133/21 não inclui o sorteio como critério de desempate.

##### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral ou parcelado, conforme a necessidade da FUNDAJ, durante o período de vigência.

##### Exigências de habilitação





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.4. : cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de Pessoa física identificação em todo o território nacional;

9.5. : inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Empresa individual sede;

9.6.: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja Microempreendedor Individual - MEI aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no **sítio**

**<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>**;

---

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa**

**individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme **Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.**

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial,

sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,

devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.12 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos

definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da **Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009** (arts. 17 a 19 e 165)

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora - Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico -Financeira**

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

9.30. por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.30.1.1. Comprovar histórico de fornecimento em licitações de natureza similar nos últimos 12 meses;**

---

9.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971

9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas - partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.31.7 A última auditoria contábil -financeira da cooperativa, conforme dispõe o , ou uma art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é...

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].[A1]**

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratação por demanda, para aquisição futura de bens, conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, por meio do Sistema de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de compra imediata e com fornecimento conforme necessidade da administração pública, durante a vigência da Ata.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O adjudicatário terá o *prazo de .....*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... *Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133

/2021;

13.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital* no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 13.3 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1 São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.3.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.3.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.3.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

13.3.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.3.8.1 A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias corridos*, a contar da data do protocolo do

requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.3.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

*13.3.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais*

13.3.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 13.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.4.1.1. Entregar o objeto perfeita condições

13.4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13. 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13. 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13. 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 13. 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do

FGTS – CRF; e 13.4.1.7.5. Certidão Negativa

de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*13.4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

*13.4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*

*13.4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

*4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

13.4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

13.4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

13.4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

### 13.5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14] .

13.5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

13.5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação. [A15]

13.5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. 5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.9.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13. 5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13. 5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

13.5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13. 5.10.3. Indenizações e multas.

13.5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 13.6. DOS CASOS OMISSOS

13.6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

### 13.7. ALTERAÇÕES

13.7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

13.7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 13.8. FORO

13.8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem

da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as

disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br  
Local-UF, ..... de ..... de 20.....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

### ANEXO II

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

N.º23130.000847/2025-71

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, com sede na Av. 17 de agosto, 2187, Casa Forte, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 09.773.169/0001-59, neste ato representado pela Sra. Aida Maria Monteiro Silva, Professora, Diretora de Planejamento e Administração, nomeada pela Portaria MEC nº 2.096/2023, de 24 de março de 2023, inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.084-87, portadora da Carteira de Identidade nº XXX.XXX SDS/PE, tendo em vista o que consta no processo nº23130.000847/2025-71, referente à licitação na modalidade de PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa .....CNPJ ....., com endereço na ....., representada pelo (a) ....., de acordo com a classificação por ela alcançada, por Grupo, na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital e às constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de materiais hidráulicos e de mercenária, para atender as demandas da FUNDAJ, especificados no Termo de Referência, anexo I, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPOS...

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1							
2							

2.2.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
---------	----------------------	---------	------------



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br


### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
[www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) | [cpl@fundaj.gov.br](mailto:cpl@fundaj.gov.br)

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as





## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### ANEXO III Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	<i>Marca</i> (se exigida no edital)	<i>Modelo</i> (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação o	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

### ANEXO IV

#### TERMO DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
(A) .....  
E .....

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO com sede à Avenida Dezanove de Agosto nº 2187, Casa Forte, CEP 52061-540, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 09.773.169/0001-59, neste ato representada pela Sra. Aida Maria Monteiro Silva, Professora, Diretora de Planejamento e Administração, nomeada pela Portaria MEC nº 2.096/2023, de 24 de março de 2023, inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.084-87, portadora da Carteira de Identidade nº 6XX.XX3 SDS/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 23130.000847/2025-71 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 90006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

O objeto do presente instrumento é a Contratação, por meio de ata de registro de preços, eventual aquisição de materiais hidráulicos e de mercenária, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, por um período contratual de 12 (doze) meses, para a Fundação Joaquim Nabuco, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 1.1. Objeto da contratação:

#### GRUPOS

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1							
2							

### 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.O Termo de Referência;
- 1.2.2.O Edital da Licitação;
- 1.2.3.A Proposta do contratado;
- 1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. **CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- 8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.18. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### 9. CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% ( trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1. Gestão/Unidade:
2. Fonte de Recursos:
3. Programa de Trabalho:
4. Elemento de Despesa:
5. Plano Interno:

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

- 16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife/PE, Seção Judiciária de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1

2



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO**  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 || CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

**ANEXO V**  
**MODELO DA PROPOSTA**

**GRUPOS**

Item	Descrição	Catserv	Modalidade	Quantidade do serviço mensal	Unidade de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
1							
2							

1. VALIDADE DA PROPOSTA: ..... (.....) dias corridos, a partir da data da abertura desta licitação.(Não inferior a 60 dias);
2. Declaro que formulei nos custos da proposta: 1) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 2) seguros; 3) os encargos sociais, fiscais e comerciais, previdenciários e trabalhistas incidentes; e 4) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;
3. Declaro a não incidência de reajuste sobre os preços ofertados;
4. Declaro completa identificação, quantificação e qualificação da proposta, de acordo com objeto



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
Diretoria de Planejamento e Administração  
Coordenação de Licitação  
Av. 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | 52061-540 | Recife-PE  
Fone: (81) 3073-6230 | CNPJ 09.773.169/0001-59  
www.fundaj.gov.br | cpl@fundaj.gov.br

deste Pregão;

**5. Dados do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação:**

NOME: NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL: FUNÇÃO:

ENDEREÇO: CPF:

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR:

**6. Dados Bancários da Empresa:**

BANCO Nº: NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº: NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº: PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), ..... de ..... de 2026

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA